

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O petróleo é nosso	2
Título: Ivan Monteiro deve ficar na Petrobras, e Nelson de Souza, na Caixa	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Subsídio ao diesel deve ficar R\$ 2 bi mais barato que o previsto, dizem importadores4	
Título: Leilões regionais de térmicas ficarão para 2019, diz governo	5
Título: Produção de açúcar desaba na segunda quinzena de outubro	5
Título: Produtores de energia querem índios como ‘sócios’ de hidrelétricas no país	7
Título: Ritmo recorde	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Mares revoltos	9
Título: Em São Paulo, queda da indústria foi muito forte	10
Título: TCU aponta 41 milhões de irregularidades	11
Título: Hidrelétricas menores entram na mira da EPE	14
Título: Tecnogera vai fornecer gerador para Petrobras	16
Título: Curtas	17
Título: Vendas de etanol hidratado batem recorde na segunda metade de outubro	17
Título: Destaques	19

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: O petróleo é nosso**

Liderada pelo governador do Piauí, Wellington Dias, está de volta a pressão para que o plenário do STF julgue a decisão da ministra Cármen Lúcia de suspender em caráter cautelar, em 2013, a lei que redistribuiu por todos os estados os royalties do petróleo. Se o Supremo confirmar esse novo modelo de distribuição, quem perderá muito é o Rio, que já vive em regime de recuperação fiscal. Mas saem perdendo também outros produtores, como São Paulo e Espírito Santo. O apetite de outros estados pelos royalties do Rio cresce por causa do aumento internacional do preço do petróleo. Só este ano, o Rio já recebeu uns R\$ 10 bilhões em royalties, quase três vezes mais do que em 2016, quando o preço internacional do óleo beijou o chão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/11/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca E Manoel Ventura****Título: Ivan Monteiro deve ficar na Petrobras, e Nelson de Souza, na Caixa**

Atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida também continuaria no governo, no ministério da Economia de Bolsonaro

O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, deverá permanecer no comando da estatal, segundo fontes ligadas à equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro. O novo governo teria sido convencido a não trocar o comando da empresa em meio ao processo de reestruturação que vem sendo implementado pelo executivo.

A avaliação é que a permanência dele é vital para a recuperação da estatal, disse uma fonte. De perfil técnico, Monteiro foi levado para a Petrobras no início de 2015 por Aldemir Bendine e permaneceu na estatal mesmo depois que o chefe foi trocado por Pedro Parente. Bendine hoje está preso, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro pela Operação Lava- Jato. Antes, estava no Banco do Brasil.

Como diretor financeiro, Monteiro foi um dos responsáveis pela implementação do plano de reestruturação da Petrobras, que inclui a venda de ativos para reduzir o endividamento e retomar a capacidade de investimento da companhia. Quando Parente pediu demissão, em 1º de junho, em meio à crise provocada pela greve dos caminhoneiros, Monteiro virou presidente da empresa.

Nas discussões para a composição da equipe que vai comandar as estatais no governo Bolsonaro, a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, agora tem poucas chances de assumir a presidência da Caixa Econômica Federal. A indicação chegou a ganhar força na semana passada, mas, segundo interlocutores, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, teria ficado incomodado com um movimento de promoção de Ana Paula ao cargo “goela abaixo”.

Indagado, ele respondeu a interlocutores que havia um problema de motivação para a economista participar do novo governo. O plano dela é se dedicar a um doutorado. Os critérios definidos por Guedes e equipe para manter integrantes do atual governo na gestão Bolsonaro são o trabalho desenvolvido por esses técnicos e sua motivação para continuar nos cargos.

BONS RESULTADOS

Com isso, cresce a possibilidade de permanência do atual presidente da Caixa, Nelson de Souza. Ele presidiu o Banco do Nordeste de 2014 a 2016. Foi vice-presidente de Habitação da Caixa até abril deste ano, quando passou a comandar o banco público. Na instituição, tem atuado em linha com Ana Paula, presidente do Conselho de Administração do banco, e colhido bons resultados, dispensando aportes da União na instituição.

O atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, também deve continuar no governo e fazer parte do ministério da Economia de Bolsonaro, que unirá as atuais estruturas de Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior. Ainda não há confirmação oficial, mas Guedes e equipe gostam do trabalho do economista e, por isso, devem mantê-lo no governo.

O cargo que seria ocupado por ele também não foi informado. Especialista em contas públicas, Mansueto é mestre em Economia e técnico de planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de onde saíram alguns dos integrantes da equipe de transição de Bolsonaro.

Antes de ir para o comando do Tesouro, foi secretário de Acompanhamento Fiscal, energia e Loteria (Sefel) da Fazenda quando Henrique Meirelles era ministro da pasta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/11/2018**Seção:** Colunas**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Subsídio ao diesel deve ficar R\$ 2 bi mais barato que o previsto, dizem importadores

Mercado Aberto

Os subsídios ao diesel, adotados depois da paralisação dos caminhoneiros, deverão custar R\$ 2 bilhões a menos que os R\$ 9,5 bilhões previstos inicialmente, de acordo com a Abicom, associação dos importadores de combustíveis.

Ao adotar a subvenção, o governo calculou que seria preciso pagar R\$ 0,30 por litro. A fatura, no entanto, será menor, segundo Sérgio Araújo, presidente-executivo da entidade.

“O preço do diesel teve uma queda, e o dólar também. O governo tem desembolsado valores entre R\$ 0,23 e R\$ 0,26 por litro do combustível. No fim, vai sobrar cerca de 20,8% do montante alocado.”

A previsão é que as cotações sigam em tendência de baixa e não haja necessidade de seguir com o programa de subvenção, segundo Manoel Pires, pesquisador do Ibre/FGV.

A paralisação dos caminhoneiros aconteceu em um momento de “tempestade perfeita”: alta do dólar, do barril do petróleo e grande volatilidade nas remarcações de preços da Petrobras.

Além da mudança dos valores do câmbio e do diesel, a empresa estatal passou a redefinir valores mensalmente, o que ajuda os caminhoneiros e consumidores a se planejarem, segundo Pires.

“A tempestade se dissipou. O governo eleito está habilitado a resolver a questão. Ele [Bolsonaro] pode decidir manter a subvenção por motivos políticos — no fim do primeiro turno, ele agradeceu aos caminhoneiros pela votação.” Se o subsídio for prorrogado, não será uma despesa extraordinária, como é em 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Leilões regionais de térmicas ficarão para 2019, diz governo

Motivo de um racha no setor elétrico brasileiro, a decisão sobre leilões regionais de energia térmica ficará para o governo Bolsonaro.

Segundo o presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Reive Barros, o cronograma não permite a realização da oferta ainda neste ano.

O leilão é hoje tema de consulta pública no **MME (Ministério de Minas e Energia)**, cujo prazo foi prorrogado na semana passada para terminar no próximo dia 22.

Após a consulta, ainda há etapas técnicas a cumprir na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), disse Barros.

O presidente da EPE defende a realização do leilão, que é criticado por grandes consumidores de energia e técnicos do governo.

Na semana passada, o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata, por exemplo, afirmou que os estudos sobre o tema são “insuficientes”.

Barros defende que, com o crescimento da produção de energia eólica e solar, a região nordeste precisará de 13,6 mil MW (megawatts) até 2027 para garantir a inércia da rede, já que as fontes renováveis são intermitentes.

No entanto, o custo anual de R\$ 2 bilhões com as térmicas, por 20 anos, será repassado para os clientes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 13/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Produção de açúcar desaba na segunda quinzena de outubro

Usinas do centro-sul reforçam na reta final da safra o foco no etanol; açúcar fica abaixo de 1 mi de tonelada

A produção de açúcar por usinas do centro-sul do Brasil caiu abaixo do 1 milhão de toneladas na segunda quinzena de outubro.

Isso ocorre porque as usinas da principal região produtora do país caminham para o final da safra 2018/19 ainda com foco total na fabricação de etanol.

Conforme os dados divulgados nesta segunda-feira (12) pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), os últimos 15 dias de outubro, o setor produziu 958 mil toneladas de açúcar no centro-sul.

O número representa uma queda de 50% na comparação anual. No acumulado do ciclo, iniciado em abril, a fabricação do açúcar soma 24,3 milhões de toneladas, queda anual de 26,7%.

O resultado da última metade de outubro reflete um mix de apenas 30,2% da oferta de cana direcionada para a produção de açúcar, versus 43% um ano antes.

Desestimuladas por preços enfraquecidos na Bolsa de Nova York na maior parte deste ano e atentas à melhor remuneração do etanol no mercado doméstico, usinas deixaram o açúcar em segundo plano no atual ciclo.

Essa decisão empresarial levou o país a perder o posto de maior produtor mundial para a Índia, conforme avaliação de especialistas.

“Os dados reforçam a tendência observada ao longo de todo ciclo em que as empresas indicaram a preferência pela fabricação de etanol”, afirmou, em nota, o diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-açúcar, Antonio de Padua Rodrigues.

“Caso as usinas não tivessem alterado o mix de produção, teríamos registrado até agora uma produção de açúcar 7,5 milhões de toneladas superior àquela efetivamente apurada.”

Na quinzena, foram processados quase 25 milhões de toneladas de cana no centro-sul, recuo de 17,5% ante igual intervalo do ciclo anterior.

“A queda no ritmo de processamento nas unidades produtoras decorre da oferta reduzida de cana nesse ciclo, além da maior incidência de chuvas nas principais regiões produtoras nas últimas semanas, inviabilizando a operacionalização da colheita”, ressaltou Rodrigues.

Segundo a Unica, até 1º de novembro, 52 usinas haviam encerrado a safra, contra 53 um ano antes.

A entidade ressaltou que as precipitações em excesso nas últimas semanas estão retardando o término das atividades de campos, ao contrário do fim precoce inicialmente aventado.

Para a atual quinzena, a expectativa da associação é de que outras 79 usinas encerrem a safra.

A produção e a venda de etanol por usinas do centro-sul continuam fortalecidas. Segundo a Unica, foram fabricados 1,4 bilhão de litros na segunda quinzena de outubro, queda de 11%, por causa da disponibilidade de cana.

Entretanto, considerando-se apenas o álcool hidratado, usado diretamente nos tanques dos veículos, houve aumento de fabricação de 7%, para quase 1 bilhão de litros.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Produtores de energia querem índios como 'sócios' de hidrelétricas no país

Empresas produtoras de energia vão entregar ao governo Jair Bolsonaro (PSL) projeto de lei para liberar a construção de hidrelétricas em áreas indígenas mediante compensação financeira para as comunidades locais.

A medida é parte de um esforço do setor para tentar destravar o uso do potencial hídrico do país.

Elaborado por um grupo de empresas e entidades do setor, o texto do projeto de lei prevê o uso de parte da receita das usinas para constituir um fundo financeiro gerido pelo empreendedor, por lideranças da comunidade indígena local e pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Representantes da equipe de Bolsonaro já se manifestaram a favor da retomada da construção de hidrelétricas e o próprio presidente eleito tem se manifestado a favor da exploração de atividades em terras indígenas.

“Boa parte dos recursos econômicos energéticos do Brasil está em áreas indígenas ou em terras que se tornarão áreas indígenas”, diz o diretor de Estratégias, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa da francesa Engie, Gil Maranhão.

A empresa é uma das apoiadoras do projeto, ao lado da também francesa EDF e do Instituto Acende Brasil, entre outros.

Maranhão diz que o modelo atual não é propício às hidrelétricas, pois traz apenas perdas às populações locais. A ideia é torná-los sócios dos projetos.

O texto do projeto de lei, diz ele, está pronto à espera de interlocução com o novo governo. O grupo rascunhou também uma portaria interministerial, que pode ser usada como alternativa para levar o tema ao Congresso.

Maranhão diz, no entanto, que essa opção demanda a análise por empreendimento, enquanto o projeto de lei regulamenta todos os empreendimentos.

Segundo estudo da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) o Brasil tem hoje 196 potenciais hidrelétricos de médio e grande portes mapeados, com potência total de 52 mil megawatts (MW).

Deste total, apenas 2% não interferem em áreas legalmente protegidas —sejam indígenas, sejam de conservação ambiental.

Para tentar retomar o desenvolvimento de projetos, a entidade busca alternativas de financiamento de estudos de viabilidade para hidrelétricas de médio porte —as de grande porte, consideradas estruturantes, têm estudos bancados pelo governo.

Normalmente, os estudos eram feitos por estatais ou construtoras que foram afetadas pela Operação Lava Jato e depois cobrados dos vencedores dos leilões para desenvolver as obras.

Com a crise das empresas, novos projetos começaram a se tornar escassos.

O presidente da EPE, Reive Barros, diz que os estudos custam, em média, R\$20 milhões.

Para avaliar cerca de 50 projetos nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que têm menos entraves legais, seriam necessários aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Barros diz que uma parcela de 3% da RGR (Reserva Global de Reversão), uma taxa cobra-dana conta de luz, é destinada a esse tipo de estudo, mas os recursos vêm sendo contingenciados pelo governo.

“Vamos tentar destravar esse recurso”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ritmo recorde

As vendas de etanol hidratado atingiram 2 bilhões de litros no mês passado no mercado interno. Esse volume supera em 34% o de setembro, quando as usinas da região centro-sul do país haviam colocado 1,5 bilhão de litros no mercado.

Paridade

Os dados são da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), que atribui essa intensa venda do etanol aos preços mais favoráveis do derivado da cana do que os da gasolina.

Paridade 2

Dados da representante das usinas do centro-sul indicam que o etanol vale apenas 63% do valor da gasolina no Brasil. Há um ano, a paridade era de 73%, o que tornava a gasolina, naquele mês de 2017, mais favorável do que o do etanol.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Mares revoltos

Direto da fonte

O plano de recuperação da Sete Brasil, anunciado semana passada, deixa claro que os credores vão sair do imbróglio com pouco e os investidores com... nada. Entretanto, a petrobrás, que permitiu a corrupção, causa da quebra da SB – a

estatal, por contrato, nomeava e destituía diretores –, sairá ilesa deixando o pepino para os demais sócios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Em São Paulo, queda da indústria foi muito forte

Produtos alimentícios e derivados de petróleo foram determinantes da expressiva queda da produção industrial de São Paulo verificada em setembro. O recuo paulista foi tão forte que empurrou para baixo a produção industrial do País, com queda de 2% entre setembro de 2017 e setembro de 2018, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional – Produção Física do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na composição da taxa de crescimento da indústria em São Paulo, o item produtos alimentícios registrou recuo de 5,81% entre setembro de 2017 e setembro de 2018, de 1,48% no acumulado de nove meses de 2017 e de 2018 e de 1,05% nos últimos 12 meses, até setembro, comparativamente aos 12 meses anteriores.

O segundo pior indicador foi o do item coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, com queda de 2,66% entre os meses de setembro de 2017 e de 2018 e altas pouco expressivas nas comparações entre os três primeiros trimestres dos dois anos e os últimos 12 meses.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) diz que a indústria de São Paulo está em “marcha à ré”. O Estado responde por cerca de 30% da produção da indústria brasileira. Entre agosto e setembro deste ano, a indústria do País cresceu em oito Estados ou regiões e caiu em sete. Altas expressivas só ocorreram no Ceará (+3,7%) e no Pará (+3,5%).

No período, entre os Estados mais fortes, São Paulo, Paraná e Minas Gerais caíram mais. Na comparação entre os últimos trimestres e iguais trimestres do ano anterior, a evolução ainda é positiva, mas cadente. De 5% no último trimestre de 2017 passou a 2,8% no primeiro trimestre de 2018, a 1,7% no segundo trimestre e a apenas 1,2% no terceiro trimestre deste ano.

Pelo mesmo critério de comparação, os piores resultados do terceiro trimestre de 2018 foram registrados em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Amazonas. Os

números mostram que a recuperação industrial ocorre em ritmo muito lento, sendo inferior à do varejo e do setor de serviços.

Sem uma contribuição mais forte do setor secundário e dos Estados mais industrializados, o Produto Interno Bruto (PIB) também sofrerá, ainda que o peso da indústria nesse indicador já tenha caído nesta década, chegando a 11,8% em 2017 após atingir 20% nos anos 1980.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/11/2018

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: TCU aponta 41 milhões de irregularidades

A União tem 99 imóveis que estão vagos há mais de 30 anos e outros 189 que foram invadidos. Fornecedores do governo atuaram em conluio durante pregão eletrônico em 33 mil compras realizadas entre 2016 e abril de 2018. Sócios participaram de uma mesma sessão em mais de mil processos licitatórios. Um ex-servidor de órgão público era empregado de uma companhia e sócio de outra, sendo que ambas competiram usando o mesmo IP de computador. Mais de mil empresas participantes de duas mil licitações, entre 2014 e 2018, foram abertas às vésperas dos certames, sendo que uma delas arrematou pregão de R\$ 30 milhões 17 dias após ser criada.

Essas são apenas algumas das 41 milhões de inconsistências detectadas pelas secretarias de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) e de Gestão da Informação para Controle Externo (SGI) do Tribunal de Contas da União (TCU). A análise, que partiu de cruzamentos de dados de 31 bases de sistemas governamentais de 18 organizações gestoras, apurou mais de 454,6 mil ocorrências, envolvendo gastos de R\$ 40,8 bilhões.

Ainda que a Corte de contas já tenha realizado cruzamento de informações, esta é primeira auditoria do órgão com tamanha envergadura, capaz de reunir dados de compras governamentais, imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Receita Federal, INSS, Tesouro, vários ministérios, Cadastro Nacional de Empresas e programas sociais, como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, entre outros órgãos. Foram mais de 80 tipologias, ou seja, caminhos trilhados com auditorias definidas e executadas.

Por meio dessa análise integrada, foi possível detectar, por exemplo, que 2.320 casos caíram em mais de nove das 80 tipologias, ou seja, são figuras

carimbadas, o que sugere fraudes e irregularidades. Entre elas, o fracionamento de despesas para compra sem licitação. As tipologias relacionadas à contratação direta apontaram, por exemplo, indícios relacionados à existência de 32 Unidades Administrativas de Serviços Gerais (Uasgs) que realizaram mais de 7,3 mil contratações emergenciais envolvendo quase R\$ 6 bilhões. Apenas uma Uasg realizou mais de 3 mil contratações emergenciais no valor de R\$ 4,5 bilhões.

Todas as irregularidades e inconsistências apuradas serão enviadas aos órgãos do governo para apuração e correção dos problemas. Serão entregues também ao governo de transição, para que fique atento à necessidade de melhoria na composição e uso integrados dos dados que balizam as decisões referentes às políticas públicas.

Integração

Segundo o secretário da Sefti, Márcio Braz, o objetivo da auditoria inédita foi avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas, especialmente as ligadas à concessão de benefícios e de recursos financeiros. “Com isso, queremos estimular o compartilhamento de dados dentro do governo e ampliar o trabalho junto a outros órgãos de controle”, disse. Conforme Wesley Vaz, secretário da SGI, a gestão pública precisa se profissionalizar na análise das informações. “Nenhuma empresa ou organização é bem gerida sem saber o que está acontecendo. A ideia é ampliar esse trabalho, realizá-lo com uma periodicidade de dois anos, para que se possa obter números cada vez menores de irregularidades”, explicou.

Para isso, o acórdão do TCU determinou “recomendar à Casa Civil da Presidência da República que promova a avaliação integrada da gestão e das políticas públicas por meio de amplo, intensivo e compartilhado uso das bases de dados governamentais, buscando superar os atuais limites decorrentes de visões setoriais e segmentadas do uso das informações do Estado”. A Corte ainda destacou que é preciso “definir e manter, sem prejuízo das demais atividades a serem desempenhadas pelo TCU, processo de trabalho permanente de análise integrada de dados de gestão pública, com a participação de outros órgãos de controle e de fiscalização”.

Equívoco

Para especialistas, é preciso considerar que algumas irregularidades podem ser apenas erros de sistemas e que avaliar apenas grandes números pode ser um equívoco. Geraldo Biasoto Jr., professor do Instituto de Economia da Unicamp e ex-coordenador de política fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ressaltou que auditorias muito abrangentes são

perigosas. “Tem de ser mais específico. Avaliar os programas específicos. Levantamentos genéricos não ajudam muito”, opinou.

Na opinião de Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, é fundamental aprofundar o levantamento na área de TI. “O maior problema no setor é que a evolução das tecnologias é muito mais rápida do que a capacidade do Estado brasileiro de se organizar para ter recursos e técnicos de qualidade em quantidade suficiente para aprimorar sistemas. “Muita coisa é erro de cadastramento. Os sistemas não conversam entre si”, disse.

Castello Branco avaliou o trabalho do TCU como fundamental, mesmo que, em algumas instâncias, se considere que a Corte trava a economia do país. “Precisamos desse olhar mais atento. Os técnicos do TCU são os mais bem preparados do país. A politização está na indicação dos conselheiros”, criticou. Para o secretário-geral da Contas Abertas, a auditoria do órgão só confirma que os dados do governo têm de ser confiáveis. “São eles que geram estudos. Se não forem confiáveis, perdem sua importância”, assinalou.

Procurado o Ministério do Planejamento afirmou que o acórdão citado ainda não foi publicado e, portanto, a Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério do Planejamento não se pronunciará neste momento. “É importante frisar que a Seges cumpre na íntegra todas as recomendações de acórdãos do TCU”, destacou.

Expectativa de queda da inflação

A semana começa com o mercado otimista em relação à inflação deste ano. Analistas ouvidos pelo Banco Central para o Boletim Focus reduziram as expectativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018 de 4,4%, na semana passada, para 4,23%. Se continuar assim, a carestia encerrará o ano abaixo do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%.

Na visão de Flávio Serrano, economista sênior do Banco Haitong, a redução do IPCA está relacionada ao movimento recente de alguns preços importantes. “Tivemos a surpresa da bandeira tarifária. O mercado trabalhava com a bandeira vermelha nível um até dezembro, com a mudança para a bandeira amarela em novembro, se começa a discutir uma eventual bandeira verde em dezembro”, previu.

Porém, de acordo com Serrano, a dinâmica do preço dos combustíveis teve maior parcela de contribuição na queda da projeção inflacionária. “Diante da política de preço atual, a queda do petróleo no exterior, além da recente

valorização do real, promoveram uma redução, em um mês, de 22,7% do preço da gasolina repassada às refinarias pela Petrobras. Na prática, tem havido uma correção, e o mercado também incorporou e revisou para baixo a inflação”, analisou.

Ainda de acordo com o relatório, a taxa básica de juros da economia (Selic) deve encerrar o ano a 6,5%, sendo mantida no patamar mais baixo da história desde março deste ano. Já o Produto Interno Bruto (PIB), que corresponde à soma de todos os bens produzidos pelo país, teve a previsão de crescimento mantido em 1,36%. Em relação ao câmbio, o dólar norte-americano teve cotação sustentada em R\$ 3,70, a mesma da semana anterior.

No pregão de ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) andou de lado, com investidores acompanhando, de forma cautelosa, os recentes passos do governo de transição de Jair Bolsonaro. Ontem, Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, foi anunciado como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na nova gestão. Mesmo com a simpatia do mercado, o Ibovespa, principal índice da B3, não teve reação ao assunto, encerrando a primeira sessão de negócios da semana aos 85.525 pontos, com ligeira queda de 0,14%. Já o dólar fechou a segunda-feira com alta de 0,54%, sendo negociado a R\$ 3,756 a venda.

*** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Hidrelétricas menores entram na mira da EPE

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e um grupo de companhias do setor elétrico trabalham em alternativas para incentivar a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTEs) e ambientais de projetos hidrelétricos de médio porte, com capacidade entre 50 megawatts (MW) e 1 mil MW de capacidade instalada. A ideia é criar incentivos regulatórios e financeiros para o estudo desses projetos, possibilitando a inclusão deles no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e, conseqüentemente, em novos leilões.

"O potencial hidráulico no Brasil é muito grande, mas estamos ofertando, do ponto de vista de leilão, um valor muito pequeno porque não há projetos e não tem nem empreendedor querendo correr riscos", disse Reive Barros, presidente da EPE, em evento sobre o tema, ontem no Rio. Segundo ele, o Brasil possui um

potencial de 45 mil MW de empreendimentos hidrelétricos de médio porte, dos quais 30 mil MW no Norte e 15 mil MW no Sudeste e Centro-Oeste.

A ideia, detalhou Reive, é que seja investido R\$ 1 bilhão, pela estatal e por empresas do setor, com financiamento do BNDES, para o estudo de cerca de 50 projetos do tipo, sendo uma média de R\$ 20 milhões por projeto. Dessa forma, os projetos estudados poderão ser incluídos no PDE e, em seguida, serem ofertados em leilões. Caso o responsável pelo estudo de viabilidade não seja o vencedor do leilão, ele terá seu investimento inicial remunerado por quem ganhar a concessão da usina.

Reive disse ainda que 3% da Reserva Global de Reversão (RGR, encargo do setor elétrico) é destinado à realização desses estudos, mas que são contingenciados. A ideia, explicou, é ter acesso a esses recursos para viabilizar os estudos de hidrelétricas de médio porte.

Presente ao evento, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, defendeu a ampliação da capacidade hidrelétrica do país. "Se não tivéssemos passado pela mais grave crise da nossa história, nós estaríamos vivendo o mais largo apagão da nossa história. Isso mostra que o setor precisa se ampliar."

"Da maneira como a regulação está estruturada, não existe incentivo a que empresas de engenharia e construtoras interessadas façam os EVTEs e os Eia-RIMAs que vão permitir as licenças [ambientais] prévias e os leilões", acrescentou o diretor de Estratégia da Engie Brasil, Gil Maranhão.

Segundo o executivo, um texto de projeto de lei preparado por empresas do setor prevê a criação de um fundo de compensação para populações indígenas que tiverem suas terras impactadas por novos projetos hidrelétricos. O documento está pronto e será discutido com novos interlocutores do próximo governo e do Congresso.

"O edital de leilão de concessão já estabelecerá um valor, em reais por megawatt-hora, independentemente de quem for o concessionário, reservado para um fundo a ser cogerido pelo empreendedor, lideranças indígenas e Funai. Isso está pronto, esperando novos interlocutores no governo e oportunidade para testar esse mecanismo em um próximo projeto que venha a ser concedido", disse Maranhão.

Com relação ao leilão para contratação de potência de reserva de termelétricas a gás no Nordeste, Reive disse que a licitação deve ocorrer no primeiro trimestre de 2018, após a consulta pública no Ministério de Minas e Energia e de trâmites na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Perguntado sobre críticas e questionamentos com relação ao leilão, inclusive sobre o comentário do diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, de que seriam necessários mais tempo e estudos para decidir sobre a realização do leilão, Reive disse que o próprio operador possui estudos que indicam a necessidade de contratação de potência para o Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Tecnogera vai fornecer gerador para Petrobras

A Tecnogera, especializada no aluguel de geradores de energia que tem entre seus acionistas o Pátria Investimentos, venceu concorrência para fornecimento de energia para a Petrobras, em casos de emergência ou de parada programada para manutenção. Com valor de R\$ 36,9 milhões, o contrato tem três anos de duração, prorrogáveis por outros dois, e prevê, na prática, a disponibilização de grupos geradores a diesel para o atendimento a unidades da petroleira em 16 Estados do país, sempre que necessário.

Pelo contrato, a Petrobras poderá recorrer aos grupos geradores da Tecnogera quando precisarem de fornecimento de energia, seja por um problema técnico, por uma parada programada para manutenção ou atividade de suporte operacional.

"Uma área corporativa da Petrobras unifica as contratações [de energia], para evitar contratações emergenciais feita na ponta [da demanda]. Ela faz um planejamento. A gente consegue ter um custo reduzido. E a Petrobras acaba conseguindo ter um preço de contratação bastante competitivo frente ao mercado contratado no spot", explicou o presidente da Tecnogera, Abraham Curi, ao **Valor**. Segundo ele, a Tecnogera atendeu esse mesmo tipo de contrato para a Petrobras entre 2016 e 2017.

O executivo contou que a empresa não precisará fazer investimentos específicos para atender ao contrato da petroleira. "Obviamente que temos um capex para fazer em 2019, mas é em função de renovação da frota, para manter o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de nossos equipamentos, que é sempre muito voltado para a eficiência de consumo específico."

A frota atual da Tecnogera é de aproximadamente 900 grupos geradores, a diesel e gás natural. A empresa prevê fechar 2018 com crescimento de 20% da receita, em relação a 2017.

A estratégia, explicou Curi, foi investir em manutenção durante o período mais grave da crise econômica para a empresa, em 2017. Assim a empresa foi uma das primeiras do segmento a sair da crise, com uma estrutura mais preparada para atender a demanda. O executivo tem 49% da empresa. Os 51% restantes pertencem ao Pátria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro da CPFL sobe 67%

A CPFL Energia apurou lucro líquido atribuível aos controladores de R\$ 553,7 milhões no terceiro trimestre do ano, alta de 66,9% na comparação com o mesmo intervalo de 2017. O desempenho refletiu o aumento das receitas com venda de energia, além dos efeitos positivos da conclusão dos processos de revisão tarifária da CPFL Paulista, da RGE Sul e da RGE, distribuidoras de energia pertencentes ao grupo. Como as revisões foram feitas no contexto do quarto ciclo de revisão tarifária dessas distribuidoras, investimentos feitos pela CPFL nas áreas de concessão foram reconhecidos, permitindo um aumento da remuneração e do ativo regulatório de cada uma no balanço da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott e Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Vendas de etanol hidratado batem recorde na segunda metade de outubro

SÃO PAULO - Em apenas 15 dias, na segunda metade de outubro, as usinas do Centro-Sul venderam 1,07 bilhão de litros de etanol hidratado (que abastece diretamente os tanques) no mercado interno. O volume foi 26,5% maior do que na mesma quinzena do ano anterior e um novo recorde de vendas para uma única quinzena, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

No total do mês, as vendas de hidratado atingiram 2,02 bilhões de litros, avanço de 33,6%. Essas vendas surpreenderam até o próprio setor produtivo e refletem

o bom momento do mercado doméstico de etanol, que tem ganhado mercado por causa da vantagem que o produto está oferecendo ante a gasolina.

Segundo a Unica, a paridade média entre os preços de bomba do etanol hidratado e a gasolina no Brasil na semana de 4 de outubro a 10 de novembro ficou em 63%. A Unica considerou como patamar de paridade uma relação de 73%.

Conforme o último levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o etanol ficou mais vantajoso que a gasolina em oito Estados: Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação à semana anterior, não houve mudança nesses Estados. O preço do produto nas bombas teve queda em 16 Estados e do Distrito Federal e alta em outros nove (não houve pesquisa no Amapá).

Como efeito da maior competitividade do biocombustível, em um momento em que o consumo de combustíveis como um todo está em baixa no país, tem ocorrido um recuo nas vendas de etanol anidro (misturado à gasolina). Na última quinzena, as usinas venderam 383,7 milhões de litros do produto, queda de 13,5%. Ainda assim, foi o maior montante para o período de uma quinzena desde a primeira quinzena de setembro, refletindo a diminuição das importações.

Desde abril até o final de outubro, as usinas do Centro-Sul já venderam 17,82 bilhões de litros de etanol, sendo 12,35 bilhões de hidratado e 5,46 bilhões de anidro. Deste total, apenas 1,01 bilhão de litros destinou-se às exportações e 16,80 bilhões foram direcionados ao mercado interno.

O etanol hidratado é o único produto que está com uma produção maior nesta safra do que na passada. Desde o início da safra até a segunda quinzena de outubro, foram produzidas 18,9 bilhões de litros, crescimento de 46%. Esse aumento é fruto da maximização da produção do biocombustível em detrimento do açúcar e do etanol anidro.

Como a oferta de matéria-prima está menor nesta safra, a fabricação de açúcar e etanol anidro são as mais afetadas. No acumulado da temporada, as usinas processaram 508,3 milhões de toneladas de cana, queda de 4,35% a menos do que no mesmo período da safra passada. E a concentração de sacarose tem compensado apenas uma parte dessa redução. Dessa forma, a produção de açúcar está 27% menor, em 24,3 milhões de toneladas, enquanto a destilação de anidro está 14% menor, em 8,4 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/11/2018****Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques****Emissão da Ipiranga**

A Moody's América Latina atribuiu rating "Ba1" à proposta de emissão de até R\$ 900 milhões em debêntures sem garantia real da Ipiranga Produtos de Petróleo com vencimentos em 2023 e 2025, garantidas pela Ultrapar Participações, que servirão de lastro para uma emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). As debêntures serão integralmente subscritas pela Vert Companhia Securitizadora e os recursos obtidos financiarão a compra de etanol. Com o aumento da flexibilidade financeira, a Ultrapar vai pagar dívidas para complementar sua estratégia de gestão de passivos. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .